



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024
(Processo Administrativo nº 17.146/2024)

OBJETO	O objeto da presente licitação é a aquisição de aparelhos de ar condicionado destinados a atender demandas e emendas para Atenção Básica e Especializada, assim como para a inauguração do Centro de Saúde da Mulher e o Centro de Saúde João de Brito – IST/AIDS e o Programa Estadual Reestrutura APS – reestruturação de equipamentos da atenção primária à saúde.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.	17.146/2024
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	1) <u>Recebimento das propostas e documentos de habilitação: do dia 09/12/2024, às 07:00h, ao dia 26/12/2024 às 09:29h.</u> 2) <u>Abertura das propostas/Sessão Pública: dia 26/12/2024 às 09:30 horas.</u> 3) Início da sessão de disputa de preços às 09:30h, do dia 26/12/2024, em conformidade com o Decreto Municipal nº 3.171 de abril de 2024 . Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
LINK DA SESSÃO	https://bll.org.br/
PREFERÊNCIA POR ME/EPP/EQUIPARADAS	ITENS COM DESTINAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/equiparadas: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO ITENS COM AMPLA CONCORRÊNCIA: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO ITENS COM PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO ITENS COM RESERVA DE COTAS ME/EPP: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
REGÊNCIA LEGAL	Regido pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.171 de abril de 2024 e Decreto Municipal nº 3.276 de JULHO de 2024 , Lei Complementar n.º 123/06 e demais legislações correlatas.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 421.986,36 (Quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço por Item
MODO DE DISPUTA	Aberto



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

UNIDADE GESTORA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ-MS.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	<ol style="list-style-type: none">1) Os fornecedores deverão observar, rigorosamente, as datas e os horários limites previstos para o recebimento e a abertura das propostas, atentando, também, para o início da disputa;2) É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.3) Formalizações de consulta/encaminhamentos:<ol style="list-style-type: none">a) Endereço: Avenida Gabriel Vandoni de Barros de nº 001 – Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS, CEP: 79.333-141 – Secretaria Executiva de Compras e Licitação.b) Pregoeiro (a)s: Luiz de Albuquerque Melo Filho e/ou Tatiani Taceo Garcia - Decreto Municipal nº 3.276 de JULHO de 2024c) Email: licitacaocorumbams@gmail.comd) Telefone: (67) 3234-3475
FORMALIZAÇÕES DE CONSULTA/ENCAMINHAMENTOS	O Edital do Pregão Eletrônico encontra-se a disposição dos interessados, na Secretaria Executiva de Compras e Licitação, na Prefeitura Municipal de Corumbá/MS, no endereço eletrônico http://swb.corumba.ms.gov.br:8079/transparencia/ , https://bll.org.br/ “ Acesso BLL Compras ”, ou mediante solicitação pelo e-mail: licitacaocorumbams@gmail.com .
Legislação aplicável	Lei 14.133/2021 – NLL. Lei Complementar 123/2006. Decreto Municipal nº 3.171/2024. Decreto nº 3.276/2024



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO 26/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.146/2024

Preâmbulo

O SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES com sua sede administrativa à localizada à Rua Gabriel Vandoni de Barros, nº 01, Bairro Dom Bosco, Corumbá, MS, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **Menor Preço** com critério de julgamento por **Item**, e pelo modo de disputa **Aberto**, com abertura em **26/12/2024 às 09:30h**. O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro (a) e demais membros da Equipe de Apoio designados através do Decreto nº **3.276/2024**. O certame e a(s) contratação(ões) dele decorrente(s), serão regidos pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto *Municipal 3.171 de abril de 2024*, pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais exigências deste edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a *aquisição de aparelhos de ar condicionado destinados a atender demandas e emendas para Atenção Básica e Especializada, assim como para a inauguração do Centro de Saúde da Mulher e o Centro de Saúde João de Brito – IST/AIDS e o Programa Estadual Reestrutura APS – reestruturação de equipamentos da atenção primária à saúde.*

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. VINCULAM A ESTE EDITAL INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO QUE CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, PARTES INTEGRANTES A ESTE INSTRUMENTO.

1.4. DETALHAMENTO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE PREÇOS:

ITEM	CÓD. PRODUTO	DESCRIPTIVO E ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
01	052.057.788	Aparelho de Ar Condicionado split - 18 mil btu - Características técnicas: - 18.000 BTU/H INVERTER -Alimentação elétrica – 220V -Corrente – 9,5A -Disjuntor 15A -Classificação INMETRO – A -Compressor – Rotativo -Vazão de ar(m³/h) 1080 -Nível de ruído(decibéis) – 45 -Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 1/4” -Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 1/2” -Comprimento dos tubos – padrão – 7,5m -Comprimento dos tubos – máximo – 20,0 m -Isolamento dos tubos de gás com Isotubo blindado no diâmetro da linha de líquido e	UNI	06	R\$ 2.942,04	R\$ 17.652,24



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

		sucção 1/4" e 1/2" -Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 2,5 mm²				
02	052.024.286	Aparelho de ar condicionado split 24.000btu/h inverter – Características técnicas: -Alimentação elétrica – 220V ou Trifásica; -Corrente – 18A; -Disjuntor 40A; -Classificação INMETRO – B; - Compressor – Inverter/Rotativo; - Vazão de ar:58/18 -Nível de ruído(decibéis) – 56; - Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 3/8 polegada; -Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 5/8 polegada; -Comprimento dos tubos – padrão de 9,5; -Comprimento dos tubos – Máximo de 20m;- Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 6 mm.	UNI	06	R\$ 3.702,52	R\$ 22.215,12
03	052.024.260	Aparelho de ar condicionado split 30.000btu/h inverter – Características técnicas: - Alimentação elétrica – 220V ou Trifásica; -Corrente – 18A; -Disjuntor 40A; -Classificação INMETRO – B; - Compressor – Inverter/Rotativo; - Vazão de ar:58/18 -Nível de ruído(decibéis) – 56; - Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 3/8 polegada; -Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 5/8 polegada; -Comprimento dos tubos – padrão de 9,5; -Comprimento dos tubos – Máximo de 20m;- Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 6 mm.	UNI	05	R\$ 4.900,65	R\$ 24.503,26
04	052.057.787	Aparelho de ar condicionado split 12.000 BTU/H inverter Características técnicas: -Alimentação elétrica – 220V - Corrente – 8,43A -Disjuntor 10A - Classificação INMETRO – A - Compressor – Rotativo -Vazão de ar(m³/h) 608 -Nível de ruído(decibéis) – 40 -Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 1/4" - Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 1/2" -Comprimento dos tubos – padrão – 7,5m - Comprimento dos tubos – máximo – 15,0 m -Isolamento dos tubos de gás com Isotubo blindado no diâmetro da linha de líquido e sucção 1/4" e 1/2" -Fiação elétrica para os	UNI	38	2.196,2278	83.456,6564



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

		condicionadores de ar – cabo PP 3 X 2,5 mm² -SPLIT 12.000 BTU/H INVERTER - (PARA A COTA RESERVADA 25%) - ME, EPP e MEIs.				
05		Aparelho de ar condicionado split 12.000 BTU/H inverter Características técnicas: - Alimentação elétrica – 220V -Corrente – 8,43A -Disjuntor 10A -Classificação INMETRO – A Compressor – Rotativo -Vazão de ar(m³/h) 608 -Nível de ruído(decibéis) – 40 -Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 1/4” - Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 1/2” -Comprimento dos tubos – padrão – 7,5m - Comprimento dos tubos – máximo – 15,0 m -Isolamento dos tubos de gás com Isotubo blindado no diâmetro da linha de líquido e sucção 1/4” e 1/2” -Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 2,5 mm² -SPLIT 12.000 BTU/H INVERTER - (PARA A COTA PRINCIPAL 75%) - AMPLA CONCORRÊNCIA		114		R\$ 250.369,97
06		Condicionador de Ar, tipo Split de parede, capacidade mínima de refrigeração de 60.000 Btu/h, com controle remoto sem fio, voltagem de 220V, com frequência aproximada de 60Hz, baixo nível de ruído, dupla filtragem, baixo nível de consumo de energia, com manual de instruções de instalação e utilização em português dentro da embalagem, com número de série, lote, marca, voltagem estampados no corpo do produto, embalado originalmente pelo fabricante com marca, modelo, identificação do produto e dados do fabricante. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNI	02	R\$ 11.894,56	R\$ 23.789,12
VALOR TOTAL DOS ITENS					R\$ 421.986,36	

1.5. A licitação será dividida em itens, conforme tabela ACIMA constante do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar anexos a este edital independente da sua transcrição.



2. DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico: <https://bll.org.br/>, na data, horário e local indicados nas iniciais deste Edital.

2.2. Durante a sessão pública a comunicação entre o(a) Pregoeiro (a)(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente por troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

2.3. Não havendo expediente na repartição ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro (a)(a);

2.4. Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão Eletrônico na mesma data de abertura, e em face de decisão do(a) Pregoeiro (a)(a), deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia(s) subsequente(s).

2.5. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir com exatidão os seus dados cadastrais no Sistema Eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente à correções e/ou alterações dos registros quando constada determinada incorreção ou se tornem desatualizados.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente Pregão Eletrônico licitantes que satisfaçam as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

3.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para cadastramento junto à **Bolsa de Licitações e Leilões**, acessando o endereço eletrônico <https://bll.org.br/>.

3.3. Para os **Itens 01, 02 e 03** a participação é destinada exclusivamente para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas.

3.4. Para o **Item 5** a participação é de ampla concorrência, assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.5. Para o **Item 04** será reservada cota de até 25% (art. 48, III, LC123/06).

3.6. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 Lei Complementar n.º 123/2006, fica limitada às microempresas, às empresas de pequeno porte e equiparadas, que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. Considera-se como “equiparadas”: o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

3º-A e art. 18-E da [Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007.](#)

3.8. Na hipótese de não haver vencedor para o item(ns)/lote(s) exclusivo(s) nos moldes estabelecido, este será(ão) declarado(s) fracassado(s) e/ou deserto(s), podendo ser repetida a licitação sem item(ns)/lote(s) exclusivo(s), aplicando as regras já estabelecidas neste Edital.

3.9. O licitante deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, conforme modelo anexo a este Edital;

3.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.11. Não poderá participar direta ou indiretamente do presente Pregão Eletrônico o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

3.11.1. que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.11.2. em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;

3.11.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.11.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.11.5. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.11.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.11.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.11.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.11.10. impedido de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.11.11. declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.11.12. com decretação de falência;

3.11.13. submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

3.11.14. *que esteja reunido em consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição conforme descrito no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar anexos a este edital independente da sua transcrição;*

3.11.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

3.11.16. As condições mencionadas nos subitens anteriores serão verificadas pelo Pregoeiro (a) previamente à fase de habilitação;

3.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se refere o subitem 3.11.4, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. O disposto no item 3.11.4. não impede a licitação que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. O impedimento de que trata o item 3.11.5. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.16. A vedação de que trata o item 3.9.16. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.18. Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 14.230/2021, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória.

3.19. Não se admite a participação de pessoa física quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com produtos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.

3.20. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.21. Da participação de empresas em consórcio

3.21.1. Conforme delineado no Estudo Técnico Preliminar, **NÃO** será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;

3.22. Da participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa

3.22.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:



I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação se referir, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.23. Da participação de pessoa física:

3.23.1 Considerando os estudos técnicos preliminares, e, conforme o objeto, na presente contratação, não será admitida a participação de pessoa física, porquanto necessária estrutura incompatível com as suas características, para o atendimento da necessidade da Administração.

3.24. Da Participação de empresas estrangeiras

3.24.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que funcionem ou não no País, serão exigidos os documentos de habilitação descritos neste edital ou por meio de documentos equivalentes aos exigidos para pessoas jurídicas nacionais, conforme regulamentado pelo **art. 26 do Decreto Municipal n.3.085/2023**.

3.25. Do Credenciamento

3.25.1 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio no registro cadastral na **Bolsa de Leilões e Licitações** sistema eletrônico: <https://bll.org.br/>, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação prevista no Edital.

3.25.2 O acesso do operador ao sistema do pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.25.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.25.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.25.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário cadastrado o sigilo da senha, bem como conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

tornerem desatualizados não cabendo a este órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.25.6 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.25.7 Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional poderá ser esclarecida através do site <https://bll.org.br/>, ou mediante solicitação pelo e-mail: licitacaocorumbams@gmail.com.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição e valor do objeto ofertado e todos os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2. O envio da **proposta e documentos de habilitação** ocorrerá por meio de chave de acesso e senha. O licitante declarará, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

4.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. Quantidade cotada;
- II. Marca/Modelo;
- III. Valor unitário;
- IV. Valor total;

5.2. Descrição detalhada do objeto, devendo as informações estar de acordo com o Termo de Referência.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4. O licitante não poderá se identificar no preenchimento da proposta.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. A empresa licitante deverá ainda, apresentar a seguinte declaração, como anexo à proposta:

5.11.1. **DECLARAÇÃO** de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções



coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6. DA GARANTIA DA PROPOSTA

6.1 Para a presente proposta não será exigida garantia.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidades ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos e o pedido deve ocorrer em até 3 (três) dias úteis, antes da data fixada para a abertura da sessão pública, na forma prevista no edital conforme art. 19, do decreto 3.171/2024.

7.1.1 Não será conhecida da impugnação ou do pedido de esclarecimentos sem o nome completo ou razão social, CPF/CNPJ, endereço, telefones, e-mail, assinatura do impugnante e sendo pessoa jurídica deverá estar acompanhada de documento que comprove a representatividade de quem assina a impugnação.

7.1.2. Os pedidos de esclarecimento e impugnações deverão ser protocolados por meio eletrônico, através do e-mail licitacaocorumbams@gmail.com ou pela plataforma eletrônica da BLL (Bolsa de Leilões e Licitação).

7.2. A resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema de compras utilizada pelo município, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro (a)/agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações vincularão os participantes e a administração e serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema;

7.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento enseja a sua necessária republicação e o reinício do prazo para a sessão pública. (parágrafo 3º, artigo 20 do decreto 3.171/2024)

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema, até a data da abertura da sessão pública. (parágrafo 5º, art. 25, Decreto nº 3.171/2024)

8.2.1. Será desclassificada a proposta cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos do edital e também será desclassificada a proposta cuja descrição identifique o licitante.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro (a) e os licitantes.
- 8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6.** O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO DO ITEM**.
- 8.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.10.** O pregoeiro (a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante a justificativa e o registro da ocorrência em ata.
- 8.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.12.** Para o envio de lances no pregão eletrônico será adotado o modo de disputa **aberto**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.
- 8.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16.** Retornando a conexão do pregoeiro (a) ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.
- 8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente



após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício.

9.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e seus anexos.

9.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.4.1. conter vícios insanáveis;

9.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos;

9.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo estimado para a contratação;

9.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.4.5.1. Para os fins do disposto nos subitens 9.4.1 e 9.4.5, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

I – a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV - a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

V – a juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou

VI – a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

9.4.5.2. O pregoeiro (a) poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem **9.4.5.1** deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado na ata da sessão.

9.5. No caso de apresentação de proposta inexequível (subitens 9.4 e 9.4.4), o pregoeiro (a), para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:



a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, no sentido de comprovar que o custo ultrapassa o valor da proposta; e/ou inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, comprovando a sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

9.5.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 9.4.5.2 e subitem 9.5, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada na ata da sessão.

9.6. É considerado indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, são exigidos nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2.1. SICAF;

10.2.2. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.2.3. Consulta ao banco de dados de penalidades da união (cadastro/registro das empresas sancionadas e/ou suspensas). (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

10.2.4. Consulta ao banco de dados de penalidades do município (cadastro/registro das empresas sancionadas e/ou suspensas).

10.2.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o §8º do artigo 12 da Lei n.º 14.230/2021.

10.2.6. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa.

10.2.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2.8. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



10.3. Dos Documentos de habilitação exigidos:

10.3.1. Habilitação jurídica:

10.3.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução. [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.3.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.3.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.3.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

10.3.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

10.3.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.1.12. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e da Lei Complementar Estadual nº 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;



10.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

10.3.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.2.3. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal www.caixa.gov.br ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

10.3.2.4. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, seguridade social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1.751, de 2 de outubro de 2014;

10.3.2.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

10.3.2.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

10.3.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho www.tst.jus.br/certidao, conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST n.º 1470/2011.

10.3.3. Qualificação Econômico-Financeira:

10.3.3.1. Pessoa jurídica, apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.3.3.2. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.3.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.3.3.4. Pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

10.3.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.3.3.6. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das respectivas fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

10.3.3.7. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo OU o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

10.3.3.8. O atendimento aos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada

10.3.4. Qualificação Técnica:

- I. **Registro ou inscrição da empresa** na entidade profissional em plena validade;
- II. **Atestado(s) de capacidade técnica** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto.
- III. Percentual de **50% do total estimado para esta contratação**;
 - a) Para atendimento do quantitativo exigido, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.
 - b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
 - c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



10.4. Das regras gerais da fase de habilitação

10.4.1. O licitante melhor classificado deverá encaminhar previamente ao início do certame todos **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NESTE EDITAL**, via sistema eletrônico <https://bll.org.br/>, até a data e horário previstos para o início do certame.

10.4.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou ter sido emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021, assim, sua regularidade será verificada através do respectivo cadastro.

10.4.3. Caso faça uso da faculdade de que trata o subitem 10.4.2. é dever do licitante atualizar previamente a documentação constante no aludido cadastro, para que estejam vigentes na fase de habilitação e possa ser comprovada, ou encaminhar, no prazo previsto no subitem 1.4.1. a respectiva documentação atualizada, conforme solicitação.

10.4.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.4.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.4.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.4.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

10.4.9. A diligências não caracterizam como substituição ou apresentação de documento novo, e dessa forma, o pregoeiro (a)/comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada na ata da sessão e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, assim como a juntada de documento extemporâneo que não havia sido apresentado no momento oportuno por um equívoco ou falha, porém desde que esses sejam preexistentes e passível de comprovação.

10.4.10. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do pregoeiro (a), sob pena de inabilitação. conforme artigo 43 do Decreto Municipal nº 3.171/2024.

10.4.11. Caso haja a necessidade de suspensão da sessão para a realização da diligência, somente poderá ser retomada a sessão mediante aviso prévio no sistema,



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e devidamente registrado em ata.

10.4.12. O prazo estabelecido no subitem acima poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro (a) no caso de indisponibilidade do sistema, bem como da ocorrência de fato excepcional superveniente para o qual não tenha concorrido a licitante, desde que devidamente comprovada, não podendo este prazo exceder em 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro (a).

10.4.13. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, **preferencialmente**, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

10.4.14. Os documentos remetidos por meio do sistema <https://bll.org.br/> poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro (a)(a). Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao pregoeiro (a), no endereço <https://bll.org.br/>.

10.4.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.4.16. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta ajustada, e/ou documentos complementares, tanto na fase de proposta ou de habilitação, conforme previsto neste instrumento, será desclassificada/inabilitada, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.4.17. As microempresas, as empresas de pequeno porte e equiparadas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4.18. Na hipótese de haver alguma restrição quando da comprovação de regularidade, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.4.19. Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.4.20. No caso de itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, quando houver inabilitação do licitante que estava como provisoriamente vencedor, e, antes do Pregoeiro (a) passar à proposta ou lance subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto.

10.4.21. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

10.4.22. Após o encerramento da fase de disputa, será disponibilizado no sistema os documentos de habilitação apresentados pelos licitantes.

10.5. Das Declarações a serem apresentadas pelos licitantes na fase de habilitação:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.5.1. Declarar que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#) e **que cumpro a cota de aprendizagem, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.**

10.5.2. Declarar que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

10.5.3. Declarar que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.5.4. Declarar que inexistir fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, e a ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

10.5.5. Declarar que nos termos do inciso III e IV, do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações posteriores, não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, assim como o comprometimento de informar eventual inidoneidade superveniente, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do Contrato.

10.5.6. Declarar que nos termos do inciso IV, do artigo 14 da Lei Federal 14.133/2021, não constar em nosso quadro societário servidores ou administradores que mantenham **vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil** com dirigente desse Órgão licitante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

10.5.7. Declarar que os equipamentos estejam em conformidade com as normas exigidas na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e que se responsabilizam pelo transporte e pela manutenção da qualidade física, até a sua entrega, conforme Termo de Referência em anexo a este edital.

10.5.8. Declarar que tem condições de apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, o Certificado de Registro emitido pela Diretora de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando Logístico do Exército Brasileiro, conforme Decreto R-105 de 03 de novembro de 2015, conforme Termo de Referência em anexo a este edital

10.5.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.6. O licitante deverá comprovar que constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, para a verificação pelo pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

11 DOS RECURSOS

11.1. Qualquer licitante poderá, de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, dessa forma será concedido na sessão pública o prazo de 30 minutos, indicando em sua manifestação contra quais decisão pretende recorrer, conforme **artigo 50 do decreto municipal 3.171/2024.**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.3. O prazo para apresentação do recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data da ata de julgamento.

11.5. Os recursos deverão ser encaminhados através do próprio do sistema <https://bll.org.br/>.

11.6. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, aos interessados, no sistema <https://bll.org.br/> com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

11.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8 Recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente poderá solicitar auxílio pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias. E caso a autoridade competente solicite, o prazo para proferir a decisão ficará suspenso.

11.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o pregoeiro (a) deverá elaborar um breve relatório quanto aos fatos e procedimentos do certame, e encaminhar o processo à autoridade superior para que se proceda a adoção de uma das condutas constantes do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. DA ENTREGA DO OBJETO

13.1. As condições e obrigações referente a entrega do objeto, devem seguir as disposições constantes no **Item 6, 11 e 12 do Termo de Referência** independente de sua transcrição para este edital.

13.2. A condição para o recebimento e aceitabilidade dependerá do atendimento de todos os requisitos do objeto de licitação, bem como a conferência do responsável pelo setor requisitante.

13.3. Os requisitos a serem atendidos estão presentes na descrição do objeto apresentado no termo de referência, no estudo técnico preliminar e memorial técnico descritivo. Em caso de não atendimento das especificações do objeto, do prazo, o Serviço não será aceito.

13.4. Na entrega dos equipamentos, serão recebidos provisoriamente pela Coordenadoria de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, situado no Prédio



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

do Frotas, na rua 13 de Junho, nº 1620 – Centro, (entre as ruas Major Gama e Firmo de Matos), Corumbá-MS, nos horários das 07:30 às 11:00 e das 13:00 às 16hs, que fará a verificação a qualidade e quantidade e características, especificações do material.

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade características, especificações do material e consequente aceitação pela equipe técnica responsável mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

13.5. Serão recusados os equipamentos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes no termo de referência/edital/nota de empenho e/ou que não estejam adequados para consumo. Caso os equipamentos não sejam aceitos o fornecedor terá **10 (dez) dias** para reposição a contar da data de notificação de recusa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

13.6. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega. Portanto, durante o período coberto pela garantia, as empresas deverão manter serviço de assistência técnica apto a sanar eventuais problemas que os equipamentos possam apresentar incluindo reposições de peças e mão de obra.

13.7. A contratada deverá disponibilizar meios de comunicação tais como telefone, e-mail, website e/ou aplicativo para abertura de chamados de suporte técnico.

13.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante. A garantia deverá abranger a realização da manutenção corretiva dos bens de acordo com as normas técnicas específicas.

13.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

13.11. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes aos equipamentos até sua entrega no local fixado.

13.12. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

13.13. As despesas relativas à entrega dos equipamentos correrão por conta exclusiva da detentora do contrato.

13.14. Os equipamentos deverão ser entregues de forma única.

13.15. O prazo de entrega deverá ser no máximo 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e encaminhada ao Fornecedor através de correspondência ou endereço eletrônico a ser indicado pela Contratante

13.16. Local de entrega dos equipamentos: Os equipamentos deverão ser entregues na Coordenadoria de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde no



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Prédio do Frotas, localizado na Rua 13 de Junho, n.º 1.620 – centro (entre as ruas Major Gama e Firmo de Matos), Corumbá-MS, nos horários das 07:30 às 11:00 e das 13:00 às 16hs, de segunda a sexta-feira.

13.17. Do Recebimento Provisório/Definitivo do Produto/Serviço: O recebimento dos equipamentos se efetuará, em conformidade com o artigo 140 da Lei 14.133/2021, mediante recibo, nos seguintes termos:

- a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade características, especificações do material e consequente aceitação pela equipe técnica responsável mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

§ 4º Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contrato.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento decorrente da aquisição do bem ou serviço, objeto desta contratação será efetuado mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos equipamentos, conforme cronograma de execução, com apresentação da Nota Fiscal, ocasião em que esta Secretaria verificará a regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a Fazenda Estadual, com a Fazenda Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas (CNDT)**.

14.2. Toda e qualquer documentação que se refere ao pagamento serão atestados pelo fiscal e gestor do contrato designados pela Secretaria Municipal de Saúde e ao final da execução do contrato são também os responsáveis pela emissão de Termo de Recebimento provisório e definitivo dos Materiais/Serviços licitados.

14.3. Dotação Orçamentária:

14.3.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar correrão à conta dos recursos orçamentários do Fundo Municipal de Saúde nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

25.91.10.122.101.2.671 – Gerenciamento da Política Municipal de Saúde – DESENVOLVIMENTO Social.

Recurso Orçamentário: 1.500.1002.000.

Recurso Financeiro: 1 (Municipal).

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.

25.91.10.302.101.2.680 – Gerenciamento das Ações da Média e Alta Complexidade – DESENVOLVIMENTO Social.

Recurso Orçamentário: 2.601.3110.0000/1.621.0000

Recurso Financeiro: 736/737 (Federal e Estadual)

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.

25.91.10.301.101.2.675 – Gerenciamento das Ações da Atenção Primária em Saúde / Estratégia de Saúde da Família – DESENVOLVIMENTO Social.

Recurso Orçamentário: 2.601.0000.000 / 1.621.0000.000.

Recurso Financeiro: 619, 723, 727 e 728 (Federal) / 777 (Estadual).

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.

25.91.10.301.101.2.679 – Gerenciamento das Ações da Atenção Primária em Saúde / Saúde Bucal – DESENVOLVIMENTO Social.

Recurso Orçamentário: 1.621.0000.000.

Recurso Financeiro: 777 (Estadual).

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.

25.91.10.302.101.2.695 – Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência – DESENVOLVIMENTO Social.

Recurso Orçamentário: 2.601.0000.000.

Recurso Financeiro: 686 (Federal).

Elemento de Despesa: 44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, a licitante adjudicatária será convocada para assinar o termo de contrato ou instrumento substitutivo no prazo de **05 (CINCO) dias úteis**, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 90, da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. Se não ocorrer a convocação para a contratação e decorrer o prazo de validade da proposta indicado no edital, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.3. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de **Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)**.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

15.4. Na assinatura do contrato, será exigida para a licitante, a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, e se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade da Adjudicatária para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Justiça do Trabalho estiverem vencidas, o órgão contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos comprobatórios da respectiva consulta, salvo impossibilidade devidamente justificada.

15.5. Se o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital, se recusar a assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar o contrato nas mesmas condições propostas pelo vencedor.

15.5.1. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceitar a contratação nos termos do 15.5, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

15.5.2. Se restar frustrada a negociação de melhor condição de preço que trata o 15.5, a Administração poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

15.5.3. Na adoção dos procedimentos descritos nos itens 15.5 à 15.5.2, a Administração **não** poderá aceitar propostas/lances superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido no subitem 15.1 deste Edital caracterizará a conduta tipificada no inciso VI do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o sujeitará à penalidade prevista neste Edital.

16. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

16.1. O modelo de execução e gestão do contrato seguirão as ações específicas dispostas no plano básico de fiscalização, disponível no link <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/ms/corumba> no sítio oficial do município e não requerem ações adicionais específicas ao objeto contratado.

16.2. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3. O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato, o município desenvolveu o Plano básico de Fiscalização, que deve inserir ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item “gerenciamento de riscos” do relatório do estudo técnico.

16.4. O proponente deverá indicar preposto e e-mail pelo qual o processo de fiscalização se desenvolverá.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

17.1 Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- 17.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 17.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 17.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 17.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 17.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 17.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 17.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 17.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 17.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 17.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 17.1.10.1.** considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 17.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação;
- 17.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a)** Advertência pela falta do subitem 17.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** Multa de *0.5 até 30% art.156, § 3º da Lei 14.133/2021*) a ser definido pelo órgão competente da administração municipal – sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 17.1.1 a 17.1.12;
- c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 17.1.2 a 17.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 17.1.8 a 17.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 17.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.6. Na aplicação da sanção prevista na alínea “b” do item 17.2 deste Edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 17.2 deste Edital será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.8. Quando o quadro funcional não dispor de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

17.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.3. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico em formato legível.

18.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro (a).

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e pelo endereço eletrônico <http://swb.corumba.ms.gov.br:8079/transparencia/>, <https://bll.org.br/> “Acesso BLL Compras”, ou mediante solicitação pelo e-mail: licitacaocorumbams@gmail.com.

19. DO REAJUSTE

19.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

19.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação do índice IPCA-E - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial, mantido pelo IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. (Art. 5º do Decreto nº 634/2009, observando a exceção do parágrafo 1º, que possibilita outro índice desde que bastante justificado e com a anuência da Secretaria Municipal de Finanças).

19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

19.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

19.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito, para dirimir as questões divergentes oriundas do presente Edital e seus anexos, que não forem resolvidas na esfera administrativa, o foro da comarca de Corumbá-MS, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Proposta

ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO IV – Declaração Unificada

ANEXO V – Declaração de Sustentabilidade

ANEXO VI – Declaração LGPD

ANEXO VII – Declaração ME/EPP

ANEXO VIII – Declaração de Conhecimento (caso aplicável)

ANEXO IX – Termo de Vistoria (caso aplicável)



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO X – Informações Adicionais

Corumbá-MS, 05 de dezembro de 2024.

Elaborado por:

Eliszangela dos Santos Rodrigues
Mat. 3761-2

Responsável:

Alexandre de Barros Mauro
Secretário Executivo de Compras e Licitação
Portaria “P” Nº 24, de 02 de janeiro de 2024.



ANEXO I - Termo de Referência



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



TERMO DE REFERÊNCIA

1. SETOR REQUISITANTE:

Órgão: da Secretaria Municipal de Saúde.

Setor Requisitante: Gerência de Atenção à Saúde e Gerência de Vigilância em Saúde

Documento de Origem: SD nº 002/2024.

Processo Administrativo nº 17.146/2024

2. OBJETO:

Referente a aquisição de aparelhos de ar condicionado destinados a atender demandas e emendas para Atenção Básica e Especializada, assim como para a inauguração do Centro de Saúde da Mulher e o Centro de Saúde João de Brito – IST/AIDS e o Programa Estadual Reestrutura APS – reestruturação de equipamentos da atenção primária à saúde.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Considerando que o Fundo Municipal de Saúde recebeu recursos de emendas parlamentares destinados à aquisição de equipamentos de ar condicionado para as unidades da Atenção Primária e da Atenção Especializada.

Considerando que o prazo definido para execução desses recursos é de 2 anos, incluindo a entrega dos equipamentos e a realização das devidas prestações de contas no Relatório Anual de Gestão do corrente ano. Caso a execução não ocorra dentro do prazo poderá haver a devolução dos referidos recursos.

Considerando a adesão do município de Corumbá ao Programa Estadual Reestrutura APS através da Resolução nº 169/SES/MS, que visa a reestruturação de equipamentos da Atenção Primária à Saúde no ano de 2024. O incentivo financeiro concedido é destinado à renovação de equipamentos médicos, odontológicos e bens móveis, incluindo aparelhos de ar condicionado.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



Considerando também a finalização da reforma do prédio do Centro de Saúde da Mulher e a finalização da reforma do prédio do Centro de Saúde João de Brito, ambas previstas para o segundo semestre de 2024. As inaugurações necessitarão de novos equipamentos de ar condicionado para substituição dos aparelhos obsoletos e desgastados.

Considerando que a última licitação destinada à aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender a Secretaria Municipal de Saúde foi realizada em 2021 (Processo nº 27.342/2021) cuja Ata de Registro de Preços nº 12/2022 encerrou sua vigência em Julho/2023.

Considerando que não será viável aguardar a abertura de IRP – Intenção de Registro de Preços devido as iminentes inaugurações e também aos prazos para execução dos recursos das emendas.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de aquisição de novos aparelhos de ar condicionado, mais modernos e econômicos, com o objetivo de substituir os aparelhos defeituosos e aqueles que devido ao tempo de uso requerem manutenções frequentes, não sendo viável mantê-los em funcionamento. A partir dessas aquisições também será possível suprir as necessidades das novas unidades de saúde com inauguração prevista para os próximos meses.

É fundamental garantir a qualidade da temperatura do ar no interior dos estabelecimentos de saúde pública, conferindo bem-estar, conforto e segurança aos ocupantes dos ambientes climatizados, atendendo às recomendações do Ministério da Saúde, além de contribuir para a conservação de outros equipamentos como impressoras, aparelhos de radiografia, ultrassonografia, entre outros que não podem ser submetidos a temperaturas elevadas.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

ITEM	CÓD. PRODUTO	DESCRIPTIVO E ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
01	052.057.788	Aparelho de Ar Condicionado split - 18 mil btu - Características técnicas: - 18.000 BTU/H INVERTER	UNI	06	R\$ 2.942,04	R\$ 17.652,24

2



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



		-Alimentação elétrica – 220V -Corrente – 9,5A -Disjuntor 15A -Classificação INMETRO – A -Compressor – Rotativo -Vazão de ar(m³/h) 1080 -Nível de ruído(decibéis) – 45 -Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 1/4" -Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 1/2" -Comprimento dos tubos – padrão – 7,5m -Comprimento dos tubos – máximo – 20,0 m -Isolamento dos tubos de gás com Isotubo blindado no diâmetro da linha de líquido e sucção 1/4" e 1/2" -Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 2,5 mm²				
02	052.024.286	Aparelho de ar condicionado split 24.000btu/h inverter – Características técnicas: -Alimentação elétrica – 220V ou Trifásica; -Corrente – 18A; - Disjuntor 40A; -Classificação INMETRO – B; - Compressor – Inverter/Rotativo; -Vazão de ar:58/18 -Nível de ruído(decibéis) – 56; - Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 3/8 polegada; -Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 5/8 polegada; -Comprimento dos tubos – padrão de 9,5; -Comprimento dos tubos – Máximo de 20m;- Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 6 mm.	UNI	06	R\$ 3.702,52	R\$ 22.215,12
03	052.024.260	Aparelho de ar condicionado split 30.000btu/h inverter – Características técnicas: - Alimentação elétrica – 220V ou Trifásica; -Corrente – 18A; - Disjuntor 40A; -Classificação INMETRO – B; - Compressor – Inverter/Rotativo; -Vazão de ar:58/18 -Nível de ruído(decibéis) – 56; - Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 3/8 polegada; -Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 5/8 polegada; -Comprimento dos tubos – padrão de 9,5; -Comprimento dos tubos – Máximo de 20m;-	UNI	05	R\$ 4.900,65	R\$ 24.503,26



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



		Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 6 mm.			
04	052.057.787	Aparelho de ar condicionado split 12.000 BTU/H inverter Características técnicas: -Alimentação elétrica – 220V - Corrente – 8,43A -Disjuntor 10A - Classificação INMETRO – A - Compressor – Rotativo -Vazão de ar(m³/h) 608 -Nível de ruído(decibéis) – 40 -Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 1/4" - Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 1/2" -Comprimento dos tubos – padrão – 7,5m - Comprimento dos tubos – máximo – 15,0 m -Isolamento dos tubos de gás com Isotubo blindado no diâmetro da linha de líquido e sucção 1/4" e 1/2" -Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 2,5 mm² -SPLIT 12.000 BTU/H INVERTER - (PARA A COTA RESERVADA 25%) - ME, EPP e MEIs.	UNI	38	83.456,6564
05		Aparelho de ar condicionado split 12.000 BTU/H inverter Características técnicas: - Alimentação elétrica – 220V -Corrente – 8,43A -Disjuntor 10A -Classificação INMETRO – A Compressor – Rotativo -Vazão de ar(m³/h) 608 -Nível de ruído(decibéis) – 40 -Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 1/4" - Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 1/2" -Comprimento dos tubos – padrão – 7,5m - Comprimento dos tubos – máximo – 15,0 m -Isolamento dos tubos de gás com Isotubo blindado no diâmetro da linha de líquido e sucção 1/4" e 1/2" -Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 2,5 mm² -SPLIT 12.000 BTU/H INVERTER - (PARA A COTA PRINCIPAL 75%) - AMPLA CONCORRÊNCIA	114	2.196,2278	R\$ 250.369,97



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



06	Condicionador de Ar, tipo Split de parede, capacidade mínima de refrigeração de 60.000 Btu/h, com controle remoto sem fio, voltagem de 220V, com frequência aproximada de 60Hz, baixo nível de ruído, dupla filtragem, baixo nível de consumo de energia, com manual de instruções de instalação e utilização em português dentro da embalagem, com número de série, lote, marca, voltagem estampados no corpo do produto, embalado originalmente pelo fabricante com marca, modelo, identificação do produto e dados do fabricante. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNI	02	R\$ 11.894,56	R\$ 23.789,12
VALOR TOTAL DOS ITENS					R\$ 421.986,36

As quantidades foram definidas com base no planejamento para inauguração de estabelecimentos de saúde que se encontram em fase de finalização de reforma e ampliação, são eles: Centro de Saúde da Mulher e Centro de Saúde João de Brito.

Além disso, foi considerada a necessidade de adequação de equipamentos que estão defeituosos em alguns estabelecimentos de saúde e/ou que foram danificados devido ao tempo de uso na rotina do serviço.

Também foram considerados os recursos oriundos de emendas parlamentares recebidos pelo Fundo Municipal de Saúde e destinados à aquisição de 49 equipamentos de ar condicionado de 12000 BTUs, sendo:

- Proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 05443.851000/1190-12 destinada à aquisição de equipamento e material permanente para o Pronto Socorro Municipal, conforme anexo.

Nesta emenda está prevista a aquisição de 13 equipamentos de ar condicionado para o Pronto Socorro Municipal.

- Proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 05443.851000/1190-07 destinada à aquisição de equipamento e material permanente para a Saúde Bucal, conforme anexo.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



Nesta emenda está prevista a aquisição de 21 equipamentos de ar condicionado, sendo 01 para a UBS Lúcia Maria, 01 para a UBS Rural Taquaral, 01 para a UBS Beira Rio (Rosimeire Ajala), 01 para a UBS Enio Cunha II, 01 para a UBS Aziss Tajher (João Fernandes), 01 para a UBS Pedro Paulo I, 01 para a UBS Pedro Paulo II, 01 para a UBS Breno de Medeiros, 01 para a UBS Humberto Pereira, 01 para a UBS Gastão de Oliveira, 01 para a UBS Rural Mato Grande, 01 para a UBS Fernando Moutinho, 01 para a UBS Enio Cunha I, 01 para a UBS Luis Fragelli, 01 para a UBS Nova Corumbá, 01 para a UBS Jardim dos Estados, 01 para a UBS Padre Ernesto, 01 para Centro de Especialidades Odontológicas, 01 para a UBS São Bartolomeu, 01 para a UBS Angélica Anache e 01 para a UBS Popular Velha.

- Proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 05443.851000/1210-03 destinada à aquisição de equipamento e material permanente para as Unidades Básicas de Saúde Nova Corumbá, Rural Mato Grande e São Bartolomeu, conforme anexo.

Nesta emenda está prevista a aquisição de 08 equipamentos de ar condicionado, sendo 03 para a UBS São Bartolomeu e 05 para a UBS Nova Corumbá.

- Proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 05443.851000/1210-09 destinada à aquisição de equipamento e material permanente para as Unidades Básicas de Saúde Bonifácio Tiaen, Walter Victório, Lúcia Maria Pereira, Jardim dos Estados e Rural Taquaral, conforme anexo.

Nesta emenda está prevista a aquisição de 01 equipamento de ar condicionado para a UBS Walter Victório.

- Proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 05443.851000/1210-01 destinada à aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde da Mulher e Centro de Especialidades Médicas, conforme anexo.

Nesta emenda está prevista a aquisição de 05 equipamentos de ar condicionado para o Centro de Saúde da Mulher.

- Proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 05443.851000/1210-10 destinada à aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Especialidades Médicas, conforme anexo.

Nesta emenda está prevista a aquisição de 01 equipamento de ar condicionado para o Centro de Especialidades Médicas.

6



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



Por fim, foi considerado o recurso recebido pelo município referente a adesão ao Programa Estadual Reestrutura APS através da Resolução nº 169/SES/MS, que visa a reestruturação de equipamentos da Atenção Primária à Saúde no ano de 2024. O incentivo financeiro concedido é destinado à renovação de equipamentos médicos, odontológicos e bens móveis, incluindo aparelhos de ar condicionado.

Nesta Resolução está prevista a aquisição de 103 equipamentos de ar condicionado de 12000 BTUs, sendo: 08 para a UBS Lúcia Maria, 04 para a UBS Rural Taquaral, 04 para a UBS Beira Rio (Rosimeira Ajala), 04 para a UBS Enio Cunha II, 04 para a UBS Aziss Tajher (João Fernandes), 04 para a UBS Pedro Paulo I, 04 para a UBS Pedro Paulo II, 08 para a UBS Breno de Medeiros, 04 para a UBS Humberto Pereira, 08 para a UBS Gastão de Oliveira, 04 para a UBS Rural Mato Grande, 04 para a UBS Fernando Moutinho, 04 para a UBS Enio Cunha I, 04 para a UBS Luis Fragelli, 04 para a UBS Nova Corumbá, 03 para a UBS Jardim dos Estados, 04 para UBS Padre Ernesto, 04 para a UBS São Bartolomeu, 04 para a UBS Angélica Anache, 04 para a UBS Popular Velha, 04 para a UBS Walter Victorio, 03 para a UBS Ranulfo de Jesus e 05 para a UBS Bonifácio Tiaen.

Portanto, segue demonstrado no quadro abaixo o quantitativo e a distribuição de cada item por local:

LOCAIS	EQUIPAMENTOS					
	12.000 BTUs		18.000 BTUs	24.000 BTUs	30.000 BTUs	60.000 BTUs
	Emendas	Resolução 169/SES				
Centro de Saúde da Mulher	5		5	4	4	2
Centro de Saúde João de Brito			1	2	1	
Pronto Socorro Municipal	13					
Centro de Especialidades Odontológicas	1					
Centro de Especialidades Médicas	1					
UBS Lucia Maria Pereira	1	8				
UBS Rural Taquaral	1	4				
UBS Beira Rio (Rosimeira Ajala)	1	4				
UBS Enio Cunha II	1	4				
UBS Aziss Tajher (João Fernandes)	1	4				
UBS Pedro Paulo de Barros	1	4				
UBS Pedro Paulo de Barros II	1	4				
UBS Breno de Medeiros	1	8				
UBS Humberto Pereira	1	4				



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



UBS Gastão de Oliveira	1	8				
UBS Rural Mato Grande	1	4				
UBS Fernando Moutinho	1	4				
UBS Enio Cunha	1	4				
UBS Luis Fragelli	1	4				
UBS Nova Corumbá	6	4				
UBS Jardim dos Estados	1	3				
UBS Padre Ernesto Sassida	1	4				
UBS São Bartolomeu	4	4				
UBS Angélica Anache	1	4				
UBS Popular Velha	1	4				
UBS Walter Victorio	1	4				
UBS Ranulfo de Jesus		3				
UBS Bonifácio Tiaen		5				
TOTAL	152	6	6	5	2	

5. DA APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DA LC 123/2006:

Contratação com itens exclusivos para os beneficiados (art. 48, I, LC123/06).

Itens: ITEM 01, ITEM 02, ITEM 03, ITEM 05.

Considerando que a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 determina que a Administração Pública deverá conceder tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00.

Considerando que o valor total para contratação do presente objeto está estimado em R\$ 421.986,21, conforme detalhamento do TÓPICO 9 deste Estudo Técnico.

Considerando que no caso de licitação por item, o valor limite de R\$ 80.000,00 definido pela LC nº 123/2006 corresponde a cada item separadamente.

Considerando que o tratamento diferenciado e simplificado para as ME e EPP não representará prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, desde que haja um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Sendo assim, o tratamento diferenciado para ME e EPP poderá ser aplicado ao presente objeto e a definição dos itens exclusivos será formalizada pelo setor competente, após a



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



etapa de cotação de preços, não alterando a declaração de viabilidade apresentada neste Estudo Técnico Preliminar.

☒ - Cota Reservada de até 25% (art. 48, III, LC123/06).

Itens: ITEM 04

☒ - Cota Ampla concorrência:

Itens: ITEM 05.

Considerando que o artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 determina que a Administração Pública deverá estabelecer cota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte em certames para aquisição de bens de natureza divisível.

Considerando que o tratamento diferenciado e simplificado para as ME e EPP não representará prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, desde que haja um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Sendo assim, o tratamento diferenciado para ME e EPP poderá ser aplicado ao presente objeto e a definição/confirmação das cotas reservadas será formalizada pelo setor competente, após a etapa de cotação de preços, não alterando a declaração de viabilidade apresentada neste Estudo Técnico Preliminar.

Será aplicada a contratação para fornecedores sediados local, até o limite de 10% do melhor preço válido (art. 48, § 3º, LC 123/06), se for o caso:

Itens: _____; _____.../ % _____.

☐ - Possibilidade de subcontratação nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços (art. 48, II da LC 123/06), se for o caso:

Não será admitida a subcontratação do objeto.

Será permitida a subcontratação de parcela do objeto contratado para empresas privilegiadas pela LC 123/06, na ordem de até _____% do objeto, para oportunizar maior competitividade no certame.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



3.7. Da participação ou vedação de empresas em consórcio:

☒ **NÃO** será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas razões abaixo:

A ausência de consórcio não trará prejuízos ao certame.

Não será permitida a participação de empresas de forma consorciada, considerando a natureza comum do objeto, visto que no mercado existem várias empresas aptas a fornecer o objeto de forma isolada. Essa medida visa evitar a formação de oligopólios ou monopólios, fomentar a competição saudável, promover a transparência e responsabilização, além de reduzir potenciais conflitos de interesse. Dessa forma, busca-se garantir uma licitação competitiva, eficiente e em conformidade com os princípios fundamentais da Administração Pública.

3.8 Da subcontratação da Lei 14.133/21:

☒ Não será permitida a subcontratação do objeto para outras empresas.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os equipamentos descritos neste Processo deverão ser novos, sem uso anterior.

Os equipamentos deverão possuir registro no INMETRO, considerando a Portaria nº 269/2021, a Portaria nº 258/2020 ou substitutiva.

Os equipamentos deverão ser qualificados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem com Etiquetas Nacionais de Conservação de Energia (ENCE) do INMETRO, em conformidade com a Portaria nº 269/2021 e seus anexos, ou substitutiva.

Os equipamentos deverão utilizar fluido refrigerante ecologicamente sustentável (gás ecológico), com baixo potencial de aquecimento global GWP e adequado em termos de impacto ambiental, eficiência energética, segurança e custo/benefício, de acordo com as normas vigentes dos órgãos reguladores.

A empresa fornecedora deverá efetuar a entrega dos equipamentos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual deverá constar as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia e demais informações pertinentes.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



Os equipamentos deverão ser entregues com todos os cabos, conectores, adaptadores, filtros, controle remoto sem fio, manual do usuário em português e/ou catálogo do produto para a devida conferência das especificações, e todos os demais componentes que forem necessários para perfeito funcionamento.

Os equipamentos deverão vir lacrados de forma a protegê-los da ação da luz, poeira e umidade. As embalagens que apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídas pelo fornecedor, ainda na fase de inspeção/recebimento.

Os equipamentos deverão ser entregues em embalagem adequada que deverá proteger contra danos no transporte, no manuseio e na montagem ou instalação, respeitando as particularidades de cada equipamento.

Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo, salvo o uso indevido, desgaste natural ou acidente, com garantia expressa de troca do material defeituoso no decorrer do período sem ônus para a Administração.

Durante o período coberto pela garantia, a empresa fornecedora deverá manter serviço de assistência técnica apto a sanar eventuais problemas que os equipamentos possam apresentar, incluindo reposição de peças e mão de obra, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Secretaria Municipal de Saúde.

As empresas contratadas deverão disponibilizar meios de comunicação tais como telefone, e-mail, website e/ou aplicativo para abertura de chamados de suporte técnico.

As obrigações deverão ser cumpridas, diretamente ou por intermédio de suas representantes ou suas credenciadas.

Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos, taxas, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.1. Do Recebimento Provisório/Definitivo do Produto/Serviço

O recebimento dos equipamentos se efetivará, em conformidade com o artigo 140 da Lei 14.133/2021, mediante recibo, nos seguintes termos:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade características, especificações do material e consequente aceitação pela equipe técnica responsável mediante " Termo de Aceite Definitivo".

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

§ 4º Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contrato.

6.1.2. Manutenção e assistência técnica, se for o caso:

Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo, salvo o uso indevido, desgaste natural ou acidente, com garantia expressa de troca do material defeituoso no decorrer do período sem ônus para a Administração.

Durante o período coberto pela garantia, a empresa fornecedora deverá manter serviço de assistência técnica apto a sanar eventuais problemas que os equipamentos possam apresentar, incluindo reposição de peças e mão de obra, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Secretaria Municipal de Saúde.

As empresas contratadas deverão disponibilizar meios de comunicação tais como telefone, e-mail, website e/ou aplicativo para abertura de chamados de suporte técnico.

As obrigações deverão ser cumpridas, diretamente ou por intermédio de suas representantes ou suas credenciadas.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



Após o período de garantia as manutenções dos equipamentos passarão a ser responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

6.1.3. Prazo para substituição/correção:

Serão recusados os produtos que não estejam em perfeito estado e que não atendam as especificações estabelecidas e/ou que não estejam adequados para utilização. Caso o material não seja aceito, a empresa fornecedora deverá proceder a substituição dentro do prazo máximo de 10 dias, contados da comunicação da irregularidade emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.1.4. Índice de reajuste adotado para contratação e indicação do período para o reajustamento:

Os valores serão fixos irrealizáveis no prazo de 1 ano, salvo fatos supervenientes devidamente justificados.

Após o interregno de 1 ano, os preços iniciais poderão ser reajustáveis mediante solicitação da contratada, aplicando-se o índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), mantido pelo IBGE, acumulado em 12 meses, exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme o art. 5º do Decreto Municipal nº 634/2009, (observando a exceção do parágrafo 1º, que possibilita outro índice desde que justificado e com a anuência da Secretaria Municipal de Finanças).

☒ 6.1.5. O objeto deverá ser contratado através de contrato de escopo.

6.2 Dos Documentos de Habilitação específicos para a contratação:

6.11.1. Habilitação fiscal/social/trabalhista:

☒ certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

6.3 Especificidades da habilitação, se for o caso (art. 62 a 70 da NLL):

Na etapa de habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar todas as informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade jurídica, técnica,



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira, conforme previsto na legislação vigente (Lei nº 14.133/2023 art. 62 a 70), sendo:

Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Habilitação técnica

A licitante vencedora deverá apresentar atestados de capacidade técnica de fornecimento emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a entrega dos materiais em quantidade de 50% do total estimado para esta contratação. Será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

O quantitativo exigido está em conformidade com o art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Tendo em vista se tratar da entrega única e integral de 152 unidades de ar condicionado 12.000BTUs, 6 unidades de 18.000 BTUs, 6 unidades de 24.000 BTUs, 5 unidades de 30.000 BTUs e 2 unidades de 60.000 BTUs, é necessário que se comprove a capacidade do licitante para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto deste estudo.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- II – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III – Certidão conjunta negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos a tributos federais e a dívida ativa em que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212 de 24 de



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



julho de 1991 e de acordo com a Resolução PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.

IV – Certificado de regularidade do FGTS, emitido pelo órgão competente da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei.

V – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitida pelo órgão competente do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Caso seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sedem ou outra equivalente, na forma da lei.

VI – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Mobiliários - ISSQN) emitida pelo órgão competente do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.

VII – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Habilitação econômico-financeira

A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Documentos específicos

Além dos documentos previstos na legislação vigente, também deverão ser apresentados os seguintes:

- Não serão necessários outros documentos além dos previstos na legislação vigente.

6.4 Do Prazo e forma de garantia (garantias legal e complementar - inciso III, § 1º, art. 40 – art. 58 - § 1º do art. 96, NLL):

- Art. 40, parágrafo 1º, III - Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso:

Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo, salvo o uso indevido, desgaste natural ou acidente, com garantia expressa de troca do material defeituoso no decorrer do período sem ônus para a Administração.

Durante o período coberto pela garantia, a empresa fornecedora deverá manter serviço de assistência técnica apto a sanar eventuais problemas que os equipamentos possam apresentar, incluindo reposição de peças e mão de obra, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Secretaria Municipal de Saúde.

As empresas contratadas deverão disponibilizar meios de comunicação tais como telefone, e-mail, website e/ou aplicativo para abertura de chamados de suporte técnico.

As obrigações deverão ser cumpridas, diretamente ou por intermédio de suas representantes ou suas credenciadas.

Após o período de garantia as manutenções dos equipamentos passarão a ser responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

- Art. 58 - Exigência, no momento da apresentação da proposta, da comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação:

Não se aplica.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



- Art. 96, parágrafo 1º - Exigência de prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos em uma das modalidades disponíveis:

Não haverá exigência de prestação de garantia contratual na execução devido a baixa complexidade e natureza do objeto.

6.5 Outros requisitos exigidos para a contratação, se for o caso:

- Modo de disputa:

Aberto, com base no artigo 56 da Lei nº 14.133/2021.

- Critério de julgamento:

O julgamento das propostas será realizado de acordo com o critério de menor preço, com base no artigo 33 da Lei nº 14.133/2021.

- Modalidade licitatória:

Pregão eletrônico

- Prazo para assinatura do contrato:

O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, e deverá fazê-lo dentro do prazo máximo de 5 dias úteis, podendo ser prorrogado uma vez por igual período mediante solicitação devidamente justificada, com base no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

7. VALOR ESTIMADO:

O valor estimado foi de R\$ 421.986,36 (Quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos), valor apurado após pesquisa de mercado, realizada pela Gerência de Compras e Licitações.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar correrão à conta dos recursos orçamentários do Fundo Municipal de Saúde nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.
25.91.10.122.101.2.671 – Gerenciamento da Política Municipal de Saúde –
DESENVOLVIMENTO Social.
Recurso Orçamentário: 1.500.1002.000.
Recurso Financeiro: 1 (Municipal).

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.
25.91.10.302.101.2.680 – Gerenciamento das Ações da Média e Alta Complexidade –
DESENVOLVIMENTO Social.
Recurso Orçamentário: 2.601.3110.0000/1.621.0000
Recurso Financeiro: 736/737 (Federal e Estadual)

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.
25.91.10.301.101.2.675 – Gerenciamento das Ações da Atenção Primária em Saúde /
Estratégia de Saúde da Família – DESENVOLVIMENTO Social.
Recurso Orçamentário: 2.601.0000.000 / 1.621.0000.000.
Recurso Financeiro: 619, 723, 727 e 728 (Federal) / 777 (Estadual).

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.
25.91.10.301.101.2.679 – Gerenciamento das Ações da Atenção Primária em Saúde /
Saúde Bucal – DESENVOLVIMENTO Social.
Recurso Orçamentário: 1.621.0000.000.
Recurso Financeiro: 777 (Estadual).



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.

25.91.10.302.101.2.695 – Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência –
DESENVOLVIMENTO Social.

Recurso Orçamentário: 2.601.0000.000.

Recurso Financeiro: 686 (Federal).

Elemento de Despesa: 44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

9. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:

A condição de habilitação e avaliação das propostas são: habilitação jurídica, conforme o art. 62 e 66 da Lei 14.133/21, qualificação técnico-profissional e técnico-profissional conforme art. 67 da Lei 14.133/21, regularidade fiscal com suas obrigações tributárias federais, estaduais e municipais, bem como a seguridade social e o fundo de garantia, conforme o art. 68 da Lei 14.133/21, econômica-financeira conforme o art. 69 da Lei 14.133/21 e os documentos auxiliares, solicitados conforme necessidade para a contratação do objeto em questão.

10. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias da data do certame.

11. CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO E ACEITABILIDADE DO OBJETO:

A condição para o recebimento e aceitabilidade dependerá do atendimento de todos os requisitos do objeto de licitação, bem como a conferência do responsável pelo setor requisitante. Os requisitos a serem atendidos estão presentes na descrição do objeto presente neste termo de referência, no estudo técnico preliminar e memorial técnico descritivo. Em caso de não atendimento das especificações do objeto, do prazo, o Serviço não será aceito.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



Na entrega dos equipamentos, serão recebidos na Coordenação de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que fará a verificação a qualidade e quantidade e características, especificações do material.

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, mediante "Termo de Aceite Provisório";
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade características, especificações do material e consequente aceitação pela equipe técnica responsável mediante "Termo de Aceite Definitivo".

Serão recusados os equipamentos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes no termo de referência/edital/nota de empenho e/ou que não estejam adequados para consumo. Caso os equipamentos não sejam aceitos o fornecedor terá **10 (dez) dias** para reposição a contar da data de notificação de recusa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses contados a partir da data de entrega. Portanto, durante o período coberto pela garantia, as empresas deverão manter serviço de assistência técnica apto a sanar eventuais problemas que os equipamentos possam apresentar incluindo reposições de peças e mão de obra.

A contratada deverá disponibilizar meios de comunicação tais como telefone, e-mail, website e/ou aplicativo para abertura de chamados de suporte técnico.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante. A garantia deverá abranger a realização da manutenção corretiva dos bens de acordo com as normas técnicas específicas. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes aos equipamentos até sua entrega no local fixado.

Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



As despesas relativas à entrega dos equipamentos correrão por conta exclusiva da detentora da ata/contrato/carta contrato.

12. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Os equipamentos deverão ser entregues de forma única.

A entrega deverá ser efetuada em até 30 dias, mediante solicitação por escrito, formalizada por meio de Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, dela devendo constar: a data, o valor unitário da entrega, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, devidamente autorizado pela autoridade superior, e encaminhada ao Fornecedor através de correspondência ou endereço eletrônico a ser indicado pela Contratante.

13. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Os equipamentos deverão ser entregues na Coordenação de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Rua 13 de Junho, n.º 1.620 – centro (entre as ruas Major Gama e Firmo de Matos), Corumbá-MS, nos horários das 07:30 às 11:00 e das 13:00 às 16hs, de segunda a sexta feira.

14. VIGÊNCIA:

A contratação pretende atender o período de 12 meses.

A vigência contratual será de 12 (doze) meses.

15. PAGAMENTO:

O pagamento decorrente da aquisição do bem ou serviço, objeto desta contratação será efetuado mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos equipamentos, conforme cronograma de execução, com apresentação da Nota Fiscal, ocasião em que esta Secretaria verificará a



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a Fazenda Estadual, com a Fazenda Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Toda e qualquer documentação que se refere ao pagamento serão atestados pelo fiscal e gestor do contrato designados pela Secretaria Municipal de Saúde e ao final da execução do contrato são também os responsáveis pela emissão de Termo de Recebimento provisório e definitivo dos Materiais/Serviços licitados.

Seguindo os artigos constantes no Capítulo X, Título Dos Pagamentos da Lei 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

16.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.1.9 fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa Eletrônica;

16.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



16.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 15.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 16.1.1 a 16.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes municipais, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 16.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 16.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.6. Na aplicação da sanção prevista na alínea "b" do item 15.2 deste Termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



16.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 15.2 deste Termo será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.7.1 Quando o quadro funcional não dispor de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

16.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Fornecer à CONTRATADA, todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

Pagar à CONTRATADA na forma estabelecida neste instrumento, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

Acompanhar e fiscalizar, através de servidor(es) designado(s) pelo órgão contratante, o cumprimento deste instrumento, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc, bem como fornecer à CONTRATADA recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Atender as requisições do CONTRATANTE, fornecendo o objeto licitado na forma estipulada neste instrumento, principalmente quanto ao prazo de entrega;

Entregar o objeto licitado no local e forma indicada pela CONTRATANTE, obedecendo aos prazos estipulados.

Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

Credenciar junto ao CONTRATANTE um representante e números de telefone e fax para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual;

Indicar, a pedido do CONTRATANTE, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

19. PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO:

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato, o município desenvolveu o Plano básico de Fiscalização, que deve inserir ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item "gerenciamento de riscos" do relatório do estudo técnico.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES



PREFEITURA DE
CORUMBÁ



O proponente deverá indicar preposto e e-mail pelo qual o processo de fiscalização se desenvolverá.

20. BASE LEGAL:

Lei n.º 14.133/2021 e Decretos Municipais.

21. FORO:

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Referência será o da Comarca de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Corumbá, 25 de Novembro de 2024.

Beatriz Silva Assad
Secretária Municipal de Saúde
Portaria "P" nº 194 de 01.06.2022

Mariluce Gonçalves Leão
Secretária Adjunta de Saúde
Portaria "P" Nº 657 de 08/10/2021

Redigido por: Denise Pereira Nepomuceno – matrícula: 3971

Assinatura:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO II - Proposta

PROPOSTA DE PREÇO		MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO		NÚMERO 26/2024		TIPO MENOR PREÇO		FLS	
Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE									
Processo Nº: 22.615/2024									
Proponente:									
Endereço:									
Inscrição Estadual									
Inscrição Municipal									
Cidade:		Data:							
Telefone:		Fax:		E-mail:					
Item	ESPECIFICAÇÃO			Unid.	QUANT.	PREÇO UNIT		PREÇO TOTAL	
1	Aparelho de Ar Condicionado split - 18 mil btu - Características técnicas: - 18.000 BTU/H INVERTER - Alimentação elétrica – 220V - Corrente – 9,5A -Disjuntor 15A - Classificação INMETRO – A - Compressor – Rotativo -Vazão de ar(m³/h) 1080 -Nível de ruído(decibéis) - 45 -Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 1/4” - Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 1/2” -Comprimento dos tubos – padrão – 7,5m - Comprimento dos tubos – máximo – 20,0 m -Isolamento dos tubos de gás com Isotubo blindado no diâmetro da linha de líquido e sucção 1/4” e 1/2” - Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 2,5 mm²			UNID.	06				
2	Aparelho de ar condicionado split 24.000btu/h inverter – Características técnicas: - Alimentação elétrica – 220V ou Trifásica; -Corrente – 18A; -Disjuntor 40A; -Classificação INMETRO – B; - Compressor – Inverter/Rotativo; - Vazão de ar:58/18			UNID.	06				



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	-Nível de ruído(decibéis) – 56; -Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 3/8 polegada; -Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 5/8 polegada; -Comprimento dos tubos – padrão de 9,5; -Comprimento dos tubos – Máximo de 20m;- Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 6 mm.				
3	Aparelho de ar condicionado split 30.000btu/h inverter – Características técnicas: -Alimentação elétrica – 220V ou Trifásica; -Corrente – 18A; -Disjuntor 40A; -Classificação INMETRO – B; - Compressor – Inverter/Rotativo; -Vazão de ar:58/18 -Nível de ruído(decibéis) – 56; -Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 3/8 polegada; -Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 5/8 polegada; -Comprimento dos tubos – padrão de 9,5; -Comprimento dos tubos – Máximo de 20m;- Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 6 mm.	UNID.	05		
4	Aparelho de ar condicionado split 12.000 BTU/H inverter Características técnicas: -Alimentação elétrica – 220V -Corrente – 8,43A -Disjuntor 10A -Classificação INMETRO – A -Compressor – Rotativo -Vazão de ar(m³/h) 608 -Nível de ruído(decibéis) – 40 -Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 1/4” -Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 1/2” -Comprimento dos tubos – padrão – 7,5m -Comprimento dos tubos – máximo – 15,0 m -Isolamento dos tubos de gás com Isotubo blindado no diâmetro da linha de líquido e sucção 1/4” e 1/2” -Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 2,5 mm² -SPLIT 12.000 BTU/H INVERTER - (PARA A COTA RESERVADA 25%) - ME, EPP e MEIs.	UNID.	38		
5	Aparelho de ar condicionado split 12.000 BTU/H inverter Características técnicas: -Alimentação elétrica – 220V -Corrente – 8,43A -Disjuntor 10A -Classificação INMETRO – A Compressor – Rotativo -Vazão de ar(m³/h) 608 -Nível de ruído(decibéis) – 40 -Diâmetro dos tubos – linha de líquido – 1/4” -Diâmetro dos tubos – linha de sucção – 1/2” -Comprimento dos	UNID.	114		



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	tubos – padrão – 7,5m -Comprimento dos tubos – máximo – 15,0 m - Isolamento dos tubos de gás com Isotubo blindado no diâmetro da linha de líquido e sucção 1/4" e 1/2" -Fiação elétrica para os condicionadores de ar – cabo PP 3 X 2,5 mm² - SPLIT 12.000 BTU/H INVERTER - (PARA A COTA PRINCIPAL 75%) - AMPLA CONCORRÊNCIA				
6	Condicionador de Ar, tipo Split de parede, capacidade mínima de refrigeração de 60.000 Btu/h, com controle remoto sem fio, voltagem de 220V, com frequência aproximada de 60Hz, baixo nível de ruído, dupla filtragem, baixo nível de consumo de energia, com manual de instruções de instalação e utilização em português dentro da embalagem, com número de série, lote, marca, voltagem estampados no corpo do produto, embalado originalmente pelo fabricante com marca, modelo, identificação do produto e dados do fabricante. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNID.	02		
Valor total					
Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de ____ dias, com pagamento através do banco ____ agência nº ____ c/c nº ____ Local e Data ____/____/____ CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA					CARIMBO DA EMPRESA LICITANTE (contendo o CNPJ)



ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 17.146/2024)

Contrato administrativo nº/....., que fazem entre si a Prefeitura Municipal de Corumbá-MS, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a empresa referente a aquisição de equipamentos para consultório odontológico para atender aos serviços da rede de saúde do município de Corumbá.

A Prefeitura Municipal de Corumbá-MS, através da **Secretaria Municipal de Saúde** com sede no(a) Gabriel Vandoni de Barros, nº 01, Bairro Dom Bosco, Corumbá, MS inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.330.461/0001-10, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no DOM de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Decreto Municipal nº 3.171 de abril de 2024** e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 26/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 Referente a aquisição de aparelhos de ar condicionado destinados a atender demandas e emendas para Atenção Básica e Especializada, assim como para a inauguração do Centro de Saúde da Mulher e o Centro de Saúde João de Brito – IST/AIDS e o Programa Estadual Reestrutura APS – reestruturação de equipamentos da atenção primária à saúde.

Especificação da contratação:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
----------	---------------	----------------------	--------	-------------------	----------------



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

1					
---	--	--	--	--	--

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua publicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 Os equipamentos descritos neste Processo deverão ser novos, sem uso anterior.

3.2 A empresa fornecedora deverá apresentar registro válido dos equipamentos concedido pelo órgão sanitário competente do Ministério da Saúde. Caso o equipamento seja isento de registro ou cadastro, a empresa deverá comprovar a sua isenção através de documentação expedida pelo órgão sanitário competente do Ministério da Saúde.

3.3 A empresa fornecedora deverá efetuar a entrega dos equipamentos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual deverá constar as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia e demais informações pertinentes.

3.4 Os equipamentos deverão ser entregues com todos os cabos, conectores, adaptadores, manual do usuário em português e/ou catálogo do produto para a devida conferência das especificações, e todos os demais componentes que forem necessários para perfeito funcionamento.

3.5 Os equipamentos deverão vir lacrados de forma a protegê-los da ação da luz, poeira e umidade. As embalagens que apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídas pelo fornecedor, ainda na fase de inspeção/recebimento.

3.6 Os equipamentos deverão ser entregues em embalagem adequada que deverá proteger contra danos no transporte, no manuseio e na montagem ou instalação, respeitando as particularidades de cada equipamento.

3.7 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

3.8 O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato, o município desenvolveu o Plano básico de Fiscalização, que deve inserir ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item “gerenciamento de riscos” do relatório do estudo técnico.

3.9 Fica designado o servidor **xxxx** matrícula nº **xxx**, para responder como gestor e o servidor **xxx** matrícula nº **xxx** para responder com fiscal desta carta contrato nos termos da Lei 14.133/2021.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

3. 10 O proponente deverá indicar preposto e e-mail pelo qual o processo de fiscalização se desenvolverá.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento decorrente da aquisição do bem ou serviço, objeto desta contratação será efetuado mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos equipamentos, conforme cronograma de execução, com apresentação da Nota Fiscal, ocasião em que esta Secretaria verificará a regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a Fazenda Estadual, com a Fazenda Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.2 Toda e qualquer documentação que se refere ao pagamento serão atestados pelo fiscal e gestor do contrato designados pela Secretaria Municipal de Saúde e ao final da execução do contrato são também os responsáveis pela emissão de Termo de Recebimento provisório e definitivo dos Materiais/Serviços licitados.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação do índice IPCA-E - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial, mantido pelo IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. (Art. 5º do Decreto nº 634/2009, observando a exceção do parágrafo 1º, que possibilita outro índice desde que bastante justificado e com a anuência da Secretaria Municipal de Finanças).

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

7.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Corumbá MS para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9 A Administração terá o prazo de **01 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**.

8.11 *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133), caso aplicável.*

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9.2 *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18 Atender ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS GARANTIAS ([art. 92, XII](#))

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10.1.1 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência e ETP.

10.1.2 Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, contados da data de entrega.

10.1.3 Durante o período coberto pela garantia, as empresas deverão manter serviço de assistência técnica apto a sanar eventuais problemas que os equipamentos possam apresentar incluindo reposições de peças e mão de obra.

10.1.4 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Secretaria Municipal de Saúde.

10.1.5 A garantia deverá abranger a realização da manutenção corretiva dos bens de acordo com as normas técnicas específicas e manuais do fabricante. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

10.1.6 As empresas contratadas deverão disponibilizar meios de comunicação tais como telefone, e-mail, website e/ou aplicativo para abertura de chamados de suporte técnico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
(art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- A sanção previstas serão aplicadas em conformidade com os [art. 155 a 163, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

- As sanções estabelecidas serão precedidas de análise jurídica.

11.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

11.7 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução do DECRETO MUNICIPAL Nº 3.171/2024

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.5 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.

25.91.10.122.101.2.671 – Gerenciamento da Política Municipal de Saúde – DESENVOLVIMENTO Social.

Recurso Orçamentário: 1.500.1002.000.

Recurso Financeiro: 1 (Municipal).

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.

25.91.10.302.101.2.680 – Gerenciamento das Ações da Média e Alta Complexidade – DESENVOLVIMENTO Social.

Recurso Orçamentário: 2.601.3110.0000/1.621.0000

Recurso Financeiro: 736/737 (Federal e Estadual)

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.

25.91.10.301.101.2.675 – Gerenciamento das Ações da Atenção Primária em Saúde / Estratégia de Saúde da Família – DESENVOLVIMENTO Social.

Recurso Orçamentário: 2.601.0000.000 / 1.621.0000.000.

Recurso Financeiro: 619, 723, 727 e 728 (Federal) / 777 (Estadual).

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.

25.91.10.301.101.2.679 – Gerenciamento das Ações da Atenção Primária em Saúde / Saúde Bucal – DESENVOLVIMENTO Social.

Recurso Orçamentário: 1.621.0000.000.

Recurso Financeiro: 777 (Estadual).

Órgão Orçamentário: 25.00 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 25.91 – Fundo Municipal de Saúde.

25.91.10.302.101.2.695 – Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência – DESENVOLVIMENTO Social.

Recurso Orçamentário: 2.601.0000.000.

Recurso Financeiro: 686 (Federal).

Elemento de Despesa: 44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente.

13.2 A Administração se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

13.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, conforme disposto no art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

16.1 Fica eleito o foro da Comarca de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Corumbá-MS, ____ , de _____ de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

1-FISCAL DO CONTRATO: _____ Matricula: _____

2- GESTOR DO CONTRATO: _____ Matricula: _____



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**ANEXO IV – Declaração Unificada
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 26/2024**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N 17.146/2024

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na, por meio de seu representante legal infra-assinado, DECLARA:

() para fins do disposto na Lei 14.133/2021, não empregar menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

() em atendimento ao art. 93 da Lei n.º 8.213/1991, possuir no quadro de empregados ____% por cento, beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas

ou

() não possuir mais de 100 (cem) empregados;

() não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

() que cumpro a cota de aprendizagem, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

() o cumprimento pleno dos requisitos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, bem como informo o recebimento de todos os documentos e informações necessárias, possibilitando a correta elaboração da respectiva proposta comercial, motivo pelo qual aceita e se submete a todas as condições estabelecidas no referido Edital e anexos.

() inexistir fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, e a ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

() nos termos do inciso III e IV, do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações posteriores, não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, assim como o comprometimento de informar eventual inidoneidade superveniente, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do Contrato.

() nos termos do inciso IV, do artigo 14 da Lei Federal 14.133/2021, não constar em nosso quadro societário servidores ou administradores que mantenham **vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil** com dirigente desse Órgão licitante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

(localidade) _____, de _____ de 2024.

(Representante Legal empresa)



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO V – Declaração de Sustentabilidade

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 26/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.146/2024

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, nos termos do inciso IV, do art. 11 da Lei Federal n.º 14.133/2021, sob as penas da Lei, para fins de participação no certame, DECLARA:

() ciência de sua responsabilidade ambiental e o cumprimento de legislação específica para a atividade que desenvolve e a adoção de práticas ecologicamente corretas, tomando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes de sua atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis;

() Respeita a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/10;

() Oferta, preferencialmente, produtos ou serviços que atendem aos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos pela ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e demais órgão e normativos aplicáveis.

(localidade)_____, de _____ de 2024.

(Representante Legal empresa)



ANEXO VI – Declaração LGPD

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024 - PROCESSO Nº 17.146/2024

DECLARAÇÃO DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) — Lei nº 13.079/2018 declaramos:

- a) Conhecer, concordar e cumprir, sem quaisquer ressalvas, as disposições legais e contratuais relativas ao tratamento de dados pessoais, conforme disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ou LGPD);
- b) Cumprir as leis de privacidade de dados em relação ao tratamento de dados pessoais e naquilo que for aplicável;
- c) Não divulgar a terceiros os dados de caráter pessoal a que tenha tido acesso, salvo mediante prévia e expressa autorização da outra Parte;
- d) Manter em absoluto sigilo todos os dados de caráter pessoal e informações que lhe tenham sido confiados;
- e) Colaborar mutuamente para a garantia do integral cumprimento das disposições previstas nas leis de proteção de dados pessoais;

(localidade)_____, de _____ de 2024.

(Representante Legal empresa)



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO VII – Declaração ME/EPP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024

PROCESSO Nº 17.146/2024

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA EMPRESA DE
PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pela SSP/___ e de CPF nº _____ e de seu Contador Responsável _____ portador (a) do CRC nº _____ **DECLARA**, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº XX/202X, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº 123/2006.

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar 147/2014.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade)_____, de _____de 2024.

(Representante Legal empresa)

Contador/Técnico e nº. CRC

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.



ANEXO VIII – Declaração de Conhecimento

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024 - PROCESSO Nº 17.146/2024

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO
(se aplicável)

Empresa:
CNPJ:

Declaramos, para fins de participação no pregão nº 26/2024, que a empresa em referência, tem conhecimento das dependências do local onde serão executados os serviços de _____, estando de acordo com as disposições do Edital e ASSUME todo e qualquer risco por esta decisão e SE COMPROMETE a prestar fielmente os serviços nos termos da presente licitação

Desta forma abdicamos de realizar a vistoria técnica preconizada no edital.

Corumbá-MS, de de 2024.

Representante Legal da Licitantes

Nome e Assinatura do representante legal da empresa

CARIMBO DA EMPRESA LICITANTE
(CONTENDO O CNPJ)



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO IX – Termo de Vistoria

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024- PROCESSO Nº 17.146/2024

TERMO DE VISTORIA

(se aplicável)

Empresa:

CNPJ:

Atestamos, para fins de participação no pregão nº XX/202X, que a empresa em referência, vistoriou as dependências do local onde serão executados os serviços de _____, estando de acordo com as disposições do Edital.

() Não se aplica este termo.

Corumbá-MS, _____ de _____ de 2024.

Representante Legal da Licitantes

Representante do órgão visitado



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO X – Informações Adicionais

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024

PROCESSO Nº 17.146/2024

NOME DA EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
CIDADE / ESTADO:
BANCO:
CONTA CORRENTE:
AGÊNCIA:
VALIDADE DA PROPOSTA:
RESPONSÁVEL LEGAL:
PROFISSÃO:
ESTADO CIVIL:
RG:
CPF:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
CIDADE / ESTADO:
E-MAIL:

(localidade)_____, de _____ de 2024.

(Representante Legal empresa)